

RESENHA

MEILLASSOUX, Claude. (1995). *Antropologia da escravidão. O ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

O livro *Antropologia da escravidão*, juntamente com *Mulheres, celeiros & capitais*, é considerado uma obra capital na produção acadêmica do antropólogo e africanista francês Claude Meillassoux (1925-2005), que influenciou uma geração de antropólogos franceses, no que pode ser denominada de Antropologia econômica. Meillassoux foi também um intelectual que contribuiu sobremaneira na ampliação e desenvolvimento das concepções sobre o marxismo na Europa.

Tendo concluído a sua graduação no *Institut d'Etudes Politiques* (1947), Meillassoux partiu para os Estados Unidos, onde concluiu seu mestrado em Economia e Ciência Política na *Michigan University* (1949). Todavia, foi em 1955 que Meillassoux, ao ser contratado pelo já famoso Georges Balandier para realizar pesquisas junto a um projeto internacional em Ciências Sociais criado pela UNESCO, que ele começou a dar seus primeiros passos nos estudos das sociedades africanas, muito influenciado pelas contribuições científicas de Balandier, cujos estudos, que tratavam especialmente das questões referentes ao colonialismo na África, circulavam na área da Antropologia e da Sociologia. Foi também por intermédio dessa parceria que Meillassoux pode iniciar seus trabalhos de campo no continente africano, em especial entre o povo Gouro. Tais pesquisas alcançaram grande repercussão no campo dos estudos antropológicos, principalmente devido ao fato de trazer elementos que forneceriam as bases para a constituição de um campo de Antropologia econômica na França.

A obra em questão trata dos aspectos relativos à escravidão no continente africano, baseando-se em uma densa análise dos fatos históricos relacionados com este fenômeno na África, bem como em sua própria vivência de um fazer etnográfico em diversas partes do continente. Esse dois escopos possibilitaram ao pesquisador efetuar a elaboração de um instrumental analítico capaz de traçar um quadro da escravidão como construto teórico e como instituição. Ao determo-nos no subtítulo do livro

– “o ventre de ferro e dinheiro” – podemos utilizá-lo como imagem metafórica da proposta explicativa que o autor pretende desenvolver ao longo do livro, a saber: a reprodução da ordem social que se processou em sociedades sustentadas pelo sistema escravista.

Metodologicamente, o livro leva consigo as marcas do pensamento marxista, ou, caso queiramos manter o quadro mais bem definido frente à multiplicidade com que, hoje, essa designação vem carregada, do pensamento de Karl Marx, pontuando enfaticamente a questão da classe social e das implicações presentes nas relações que se processam entre agentes sociais da mesma classe e de classes distintas, o que amplia a visão que se detém apenas na relação senhor e escravo.

Apesar do enfoque marxista, não podemos deixar de observar a proposta *avant garde* de Meillassoux no diálogo com o pensamento marxista, ampliando alguns dos pressupostos teóricos desse pensador ao efetuar a sua aplicação no contexto analisado. É com essa acuidade que ele relativiza a importância que deve ser dispensada às variáveis do parentesco, da posição de classe e estrutura social quando correlacionadas a outras como o modo de produção, especialmente nas suas tentativas de explicitar a intensidade, o direcionamento e os impactos que podem decorrer das mudanças sociais.

Os dois capítulos introdutórios do livro procuram desconstruir a ideia cristalizada pelo direito de que os escravos são transformados em meros objetos ou que sua natureza humana seja substituída pela animalidade, servindo tão somente para uso e exploração. A razão e a produtividade humana, segundo Meillassoux, são as características mais enfatizadas no processo de escravização do homem pelo homem, apelando para a sua capacidade de bem utilizá-la como processo cognitivo chave para acessar as instâncias da obediência e do dever.

Outro dado importante do presente livro é a análise da distinção que podemos encontrar entre homem livre e aquele que não goza de tal privilégio. Na análise do termo “livre”, ele explicita que tal termo não carrega o sentido de estar livre de algo ou de alguém, mas de pertencimento a algum grupo ou etnia, sendo o estrangeiro o indivíduo que não cresceu no meio social em que se encontra no presente momento, tendo desenvolvido suas relações sociais e trocas econômicas em espaço diferente do que ele agora ocupa.

Todavia, é importante notar, como enfatiza Meillassoux, que embora essa distinção seja fundamental para o delineamento de uma possível genealogia da relação entre autóctones e indivíduos *outsiders*, bem como

para marcar como se inicia um processo de exploração do trabalho, ela não funciona como elemento explicativo para o sistema escravista, pois o mesmo só se efetiva e se realiza plenamente em uma economia de mercado.

Além disso, esses capítulos trazem o importante papel do mercado como espaço que fornece o elemento escravo, tanto no que diz respeito ao contingente, como em sua qualidade de espaço em que se instaura o sistema escravista, e que é capaz de fornecer os elementos que irão modelar, de acordo com a maneira que cada escravo chegou e foi inserido nele, a situação individual e de classe dos escravos comercializados em tal espaço. É nesse sentido que o mercado se configura como espaço constitutivo das diferentes sociedades africanas.

Estruturalmente, o livro prossegue dividido em três capítulos centrais. O primeiro capítulo, denominado “o ventre – dialética da escravidão”, o segundo capítulo, intitulado “o ferro – a escravidão aristocrática”, e um terceiro, denominado “o dinheiro – a escravidão comercial”.

O primeiro capítulo do livro diz respeito aos escravos, abordando a sua condição de vida e a sua reprodução enquanto grupo social, tendo como campo geográfico a zona Saheliano-Sudanesa, região utilizada como parâmetro sócio-histórico na tentativa de realizar um exame da evolução do sistema escravagista em distintas partes do continente africano. Além disso, o capítulo se propõe investigar as guerras, com seus objetivos, impactos e alcance, o desenvolvimento das trocas comerciais e a função dos Estados no processo de manutenção e desenvolvimento da escravidão.

Apresentando o tráfico de escravos como uma das mais importantes atividades dessa região, constatamos pelas análises expostas no livro que esse sistema agia como agente propulsor das formações políticas e militares, propiciando o desenvolvimento de inúmeros Estados, como os de Tekkur, Gana, Mali, Ghiroy e Silla. Estes Estados forneciam o contingente de população escrava para o Mediterrâneo e para a região do Saara. É nesta região que se desenvolveu a dominação de uma classe aristocrática que se alicerçou na guerra de rapina.

O capítulo seguinte analisa o sistema da escravidão aristocrática, exemplificando com sistemas desse tipo em algumas localidades do continente, tais como Mande, Mali, entre outras. Essa aristocracia estabeleceu uma miríade de funções que seriam atribuídas aos escravos e com o objetivo de fornecer os subsídios para a sustentação e reprodução dessa classe: escravatura de corte, militar, camponesa.

Meillassoux observa também que a principal atividade dessa aristocracia era a guerra, atividade que dava forma à organização social e aos dispositivos internos que legitimavam a dominação de tal grupo. Embora o produto das capturas de escravos fosse destinado ao comércio, não era a aristocracia dos Estados africanos que realizava tal atividade, mas a classe de comerciantes, que se dedicava a ela como função de sobrevivência e de organização social. Em conjunto com essa expansão dos impérios africanos houve também o desenvolvimento da economia mercantil. Esses impérios foram muito subsidiados pela ideologia do Islã no que diz respeito ao papel que esta religião teve no estímulo às atividades comerciais.

Finalmente, o terceiro capítulo traz alguns exemplos de escravidão mercantil na África, que começa a se tornar uma atividade de caráter mais amplo, extrapolando a esfera da classe aristocrática. A comunidade maior podia fazer uso da escravidão e de seus benefícios o que, com o enfraquecimento dos impérios, segundo o autor, favoreceu o aparecimento de uma quantidade significativa do que ele denomina “mosaico de territórios tribais e burgos comerciais”, expandindo e difundindo a escravidão no campo e substituindo o “comércio dos homens pelo comércio dos produtos”.

Meillassoux faz notar que a escravidão e a sua propagação estavam condicionadas ao comércio, e não ao modelo endógeno societal de parentesco, sendo antes a antítese desse modelo, pois essa relação só pode ser processada através de uma categoria social “estranha”, divergente de uma categoria que tenha o parentesco como premissa. Além disso, elementos como a guerra e o comércio forneciam a mão-de-obra de cativos necessária para alimentar a economia das regiões que sobreviviam das trocas comerciais, bem como a das regiões geograficamente mais distantes.

O autor ressalta também que, embora os esforços exigidos para a captura de escravos não pudessem ser desconsiderados, tanto no que diz respeito à constituição de um corpo militar como de uma estrutura comercial eficiente, esse tipo de regime se mostrava muito mais vantajoso do que o modelo de servidão. Capturados fora da sociedade escravagista, essa força produtiva apresentava uma maior rapidez no retorno da acumulação dos lucros que poderia gerar, pois com o provimento do contingente sendo feito fora do âmbito da sociedade, ela não obedeceria aos condicionantes biológicos a que estavam submetidos a população dos servos. É esse mecanismo que vai eleger o modo de reprodução como o nó górdio do sistema escravagista, no que se refere à natureza dos lucros e ao processo de acumulação, além de condicionar a própria configuração social

do escravo que, mesmo existindo em termos econômicos, era anulado como agente social.

O livro ainda traz um glossário com os inúmeros termos que foram utilizados e desenvolvidos pelo autor ao longo do seu texto, o que faz com que alguns dos termos adquiram um caráter peculiar, pois são baseados nas próprias concepções metodológicas de Claude Meillassoux, não se limitando a uma mera decodificação dos termos como encontramos em alguns dicionários.

Meillassoux procura também trazer um novo conceito para discutir a escravidão na África, o de modo de reprodução. Faz frente, assim, à necessidade de refinar seu instrumental analítico, ultrapassando a barreira explicativa que se detém apenas no âmbito das forças produtivas e nas relações de produção. Um determinado sistema social é composto pelas instâncias de produção, mas também de elementos que podem ser caracterizados como de reprodução, abrangendo diversas esferas da atuação humana em sociedade, tais como as leis, a política, as ideologias e os amplos mecanismos culturais presentes na sociedade. É a equação entre as forças produtivas presentes no modo de produção e os mais diferentes elementos políticos, sociais e ideológicos que constituem as sociedades e podem explicar a dinâmica social e as transformações que os fatos históricos podem suscitar em cada época.

Essa contribuição teórica de Claude Meillassoux promove a ampliação da perspectiva do materialismo histórico, o qual afirma que o modo pelo qual a produção material de uma sociedade se processa constitui o fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma determinada época. Para esse pensamento, a base material ou econômica constitui a "infraestrutura" da sociedade, que exerce influência direta na "superestrutura", ou seja, nas instituições jurídicas, políticas (as leis, o Estado) e ideológicas (as artes, a religião, a moral) da época. Segundo Karl Marx, base material é formada por forças produtivas (que são as ferramentas, as máquinas, as técnicas, tudo aquilo que permite a produção) e por relações de produção (relações entre os que são proprietários dos meios de produção as terras, as matérias primas, as máquinas - e aqueles que possuem apenas a força de trabalho).

O conceito de modo de reprodução, aplicado aqui por Meillassoux, é crucial para estabelecer uma relativização do papel que o modo de produção exerce sobre o sistema social, pois, segundo o autor, "é pelo uso de um modo de reprodução organizando o modo de produção, em função das exigências históricas e materiais que pesam sobre este último, que as

relações de produção se adequam ‘livremente’ ao determinismo das forças produtivas”. (MEÏLLASSOUX, p.246)

Esse trabalho de Claude Meillassoux contribui na elucidação de diversos pontos relacionados com a escravidão que se processa na África, seja na utilização de elementos do pensamento marxista para lançar luz em alguns aspectos obscuros das análises sobre a escravidão, como no momento em que procura explicar e comprovar a sua tese de que a escravidão é um sistema exógeno as diferentes sociedades africanas, ou mesmo quando apresenta a variável denominada por ele de modo de reprodução para refinar o seu instrumental analítico sobre os processos envolvidos nas etapas do modelo escravagista, seja quando se propõe a avançar no pensamento jurídico sobre o que é o conceito de livre e de como a fixação na relação dicotômica entre senhor e escravo escamoteia toda uma vasta gama de relações institucionais que se iniciam e são postas em curso com a escravidão.

Alexandre Leite Souza Farias

Cientista social, mestre em Geografia